

Terras devolutas?

Grilagem e a propriedade privada de terras no Vale do Jequitinhonha-MG

Lívia Rodrigues Canabrava
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: liviacanabrava@gmail.com

José Alves Dias
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: jose.dias@uesb.edu.br

1229

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha. Grilagem de Terras. Monocultura de Eucalipto

INTRODUÇÃO

O Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, tem suas origens marcadas pela exploração de seu território. Inicialmente, a região foi ocupada para a extração de minérios, como ouro e diamante. Atualmente, a extração de lítio levanta questões preocupantes acerca dos impactos socioambientais. Além disso, na década de 1970, uma extensa área rural foi ocupada por empresas de reflorestamento de eucalipto, em detrimento dos interesses dos moradores das comunidades rurais. As terras consideradas devolutas do Médio e Alto Jequitinhonha, conforme matéria publicada pelo Jornal o Estado de São Paulo de 28 de agosto de 1977, teriam sido repartidas entre 17 Companhias com áreas que variavam de oito mil e quatrocentos mil hectares. Desse modo, o Jornal o Estado de São Paulo, não fez à revelia a comparação da ocupação dos territórios do Vale pelas empresas de reflorestamento com o regime de sesmaria do período colonial, uma vez que nele se assentam as origens do latifúndio no Brasil.

Face ao exposto, este estudo bibliográfico tem como objetivo analisar a concentração das propriedades privadas por meio da destituição de terras consideradas devolutas pelo Estado, que ampliou os conflitos agrários e o impacto socioeconômico gerado pela implantação da política de desenvolvimento regional. Destacamos que este estudo está

Realização:



Apoio:



vinculado à tese de doutorado em andamento, intitulado “*Terras de ninguém*”: *memórias dos conflitos sociais na implementação da monocultura de eucalipto no Vale do Jequitinhonha (1970 - 2020)*, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB.

O Vale do Jequitinhonha está localizado na região nordeste do estado de Minas Gerais, formada pela união de 80 municípios, dividido em três microrregiões: Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha. O Baixo Jequitinhonha compreende a microrregião de Almenara, enquanto o Médio abrange as regiões de Pedra Azul e Araçuaí e o Alto Jequitinhonha reúne as microrregiões de Diamantina e Capelinha. No contexto da ditadura militar (1964 – 1985), dentre as diversas regiões selecionadas pelo governo federal, o Vale do Jequitinhonha tornou-se objeto de diagnósticos para o desenvolvimento, estabelecendo nessa região projetos de implantação de eucaliptais, cafeicultura, mineração e construção de barragens. Assim, a ideia de desenvolvimento, na perspectiva de superação da pobreza, foi utilizada para contrapor diversos predicados negativos atribuídos à região, a partir do olhar “de fora”, e de alguns grupos políticos locais e da elite agrária, que caracterizavam o Vale do Jequitinhonha somente pelas pressupostas carências.

Segundo Diniz e Crocco (2006), as políticas de desenvolvimento regional da ditadura militar no Brasil, durante um período conhecido como desenvolvimentista, ocorriam “de cima para baixo”, do Governo Federal para as regiões, e foram criticadas pela excessiva crença nos mecanismos econômicos e por possuírem pouca identificação com as capacidades regionais. Nesse processo, devido ao fácil acesso à concessão de créditos e subsídios incentivados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), direcionado ao setor agroflorestal, diversas regiões do Brasil, com terras consideradas devolutas, passaram por um processo de apropriação privada por empresas multinacionais, cabendo ao BNDES garantir a expansão da atividade, juntamente com os artifícios jurídicos elaborados pelo Estado.

Em conformidade com Ribeiro e Galizoni (2007), entendemos que o processo de ocupação de novas terras para extração da vegetação nativa e implantação da monocultura

Realização:



Apoio:



do eucalipto foi direcionado para aquelas regiões onde a ocupação das terras seriam efetivadas com maior facilidade, sem os mecanismos regulatórios fundamentais do mercado. Por outro lado, a expansão da fronteira das plantações de eucalipto foi responsável pela eliminação das antigas estratégias de posse da terra, desencadeando um processo de expulsão e transformação dos direitos costumeiros, afetando as comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha. Nesse aspecto, as comunidades tradicionais foram impactadas diretamente pela lógica do capital, contudo, para justificar os empreendimentos das empresas que se instalaram na região, o Estado exerceu papel fundamental na difusão do conceito de desenvolvimento regional, para superação de vulnerabilidades sociais e econômicas.

1231

METODOLOGIA

A pesquisa inicial é de cunho bibliográfico. Conforme Gil (2017), a pesquisa bibliográfica constitui uma etapa preliminar de praticamente toda a pesquisa acadêmica, com propósito de fornecer a fundamentação teórica, bem como identificar o que se produziu de conhecimento a respeito do tema em pauta. Deste modo, a pesquisa bibliográfica apresenta como vantagem o fato de que o pesquisador pode ter acesso a uma gama de fenômenos muito mais ampla, cabendo-lhe um processo cuidadoso de verificação das fontes para evitar incoerências e contradições. A pesquisa bibliográfica adotada para esta pesquisa tem o intuito de sistematizar a bibliografia existente dos períodos históricos da formação territorial do Vale do Jequitinhonha, evidenciando a sua estrutura fundiária para compreender de que forma as terras ocupadas por uma população rural foram consideradas devolutas e objeto de desapropriação. Possibilitará o levantamento de dados produzidos sobre a implementação da monocultura de eucalipto no Brasil, evidenciando as diferenças e convergências quando comparado ao Vale do Jequitinhonha. Além disso, é possível esquematizar o que se produziu sobre essa temática relativo à região abordada, destacando os enfoques de análise e as diversas áreas do conhecimento, servindo de subsídio para a análise documental e memorialística no decorrer da pesquisa.

Realização:



Apoio:



RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Vale do Jequitinhonha o projeto de desenvolvimento regional implementado se caracterizou pela utilização dos abundantes recursos naturais, exclusão da população local e geração de poucos empregos. O Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, concentrou-se principalmente no Alto Jequitinhonha e uma parcela do Médio Jequitinhonha. Nessa área de abrangência, nos anos de 1970, as chapadas eram compartilhadas por comunidades rurais, que tinham direito de uso em comum sobre seus recursos, enquanto as grotas eram partilhadas para uso privativo das famílias que nelas trabalhavam. As terras ocupadas por empresas de reflorestamento eram de uso comum, da qual todos os membros de uma comunidade podiam extrair os recursos necessários, assim não havia documento de posse, compra ou venda da maior parte de terras ocupadas por gerações. De acordo com Almeida (2018), o Alto Jequitinhonha sempre foi um espaço onde as terras eram utilizadas de forma comunitária desde os primeiros tempos de ocupação. Nesse contexto, pequenos agricultores criavam seus animais, colhiam frutos e enterravam seus mortos. Essa utilização coletiva permitiu a preservação dos recursos naturais até aproximadamente 1970.

O uso comunitário das terras, que era essencial para a manutenção dos recursos naturais, foi interpretado pelos formuladores de políticas públicas como ausência de ocupação e utilização inadequada. Almeida destaca que, anteriormente, o poder e a influência das fazendas e dos fazendeiros predominavam tanto material quanto simbolicamente sobre os camponeses. Atualmente, essa função dominante foi substituída pela ideia de “área da empresa”. Almeida (2018), pontua que diversas pesquisas realizadas na região do Médio e Alto Jequitinhonha apontam para um desequilíbrio socioambiental significativo causado pela atuação das empresas de monocultura de eucalipto. Para o autor, este impacto é claramente visível pelo déficit hídrico nas microbacias dos rios Fanado, Itamarandiba e Araçuaí.

Realização:



Apoio:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise inicial das questões levantadas apontam para o entendimento de que, embora o complexo empresarial em torno da monocultura de eucalipto adote o discurso do desenvolvimento regional, enfatizando as suas iniciativas de desenvolvimento rural, construção de infraestrutura e sustentabilidade, os estudos aqui citados, indicam que nas regiões de plantio são perceptíveis vários problemas a exemplo: aprofundamento do desemprego e da terceirização do trabalho rural; desrespeito ao meio ambiente; ausência de reforma agrária; fortalecimento do latifúndio, e aumento populacional nas periferias das cidades.

1233

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Clebson Souza de. **Território da água, território da vida: comunidades tradicionais e a monocultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha**. 2018. 153 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.
- DINIZ, Clélio Campolina; Crocco, Marco. **Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão em Economia Regional e Urbana**; Belo Horizonte: UFMG/Ministério da Integração Nacional; 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. **Água, população rural e políticas de gestão: o caso do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais**. Campinas. Ambiente e Sociedade. VI (1) janeiro/julho 2003.
- SILVA, Marcos Nicolau Santos da. **Entre brejos, grotas e chapadas: o campesinato sertanejo e o extrativismo do pequi nos cerrados de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2011.

Realização:



Apoio:

